

SINTIUS



1942 - 2017

SINOPSE SINTIUS

Informativo Diário do Sindicato dos Urbanitários

20/07/2017

Disponível no site <http://www.sintius.org.br>

Salário inicial de trabalhadores aumenta 3,52%, aponta Caged

A média dos salários de admissão no país aumentou 3,52%, no primeiro semestre deste ano, em relação ao mesmo período de 2016. A remuneração inicial ficou em R\$ 1.463,67, de janeiro a junho deste ano, contra R\$ 1.413,84 nos primeiros seis meses de 2016. A média deste semestre também ficou acima da registrada no primeiro semestre de 2014, que era o melhor resultado registrado até então pelo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), do Ministério do Trabalho. De acordo com os dados do Caged, houve uma reversão de tendência este ano, após duas quedas consecutivas no primeiro semestre dos dois anos anteriores. Depois de bater em R\$ 1.434,62 em 2014, a média dos salários de admissão caiu para R\$ 1.454,62 em 2015 e para R\$ 1.413,84, em 2016.

Fonte: Jornal Diário do Litoral – 20/07/2017

Ministro da Fazenda diz que mercado de trabalho está se recuperando

O ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, usou nesta quarta-feira (19) sua conta Twitter para comentar alguns dos números divulgados na segunda-feira pelo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), que apontaram a abertura, em junho, de 9.821 novos postos de trabalho no país. Segundo o ministro, os resultados mostram "um sinal claro de recuperação" do mercado de trabalho. O resultado obtido em junho representa um aumento de 0,03% na comparação com maio. Meirelles lembrou que, com o resultado, "tivemos em junho o terceiro mês seguido de geração de empregos no país". De acordo com o Caged, no acumulado do ano, o saldo alcançou 67.358 vagas de emprego abertas.

Contratações superam demissões

"As contratações superaram demissões em 4 dos 6 primeiros meses do ano, o que garantiu o primeiro saldo semestral positivo desde 2014", acrescentou o ministro ao destacar que "o salário de admissão também registrou um ganho na primeira metade do ano", e que "o valor pago aos novos contratados ficou 3,5% acima de inflação". O resultado do Caged é resultado da diferença de 1.181.930 admissões e 1.172.109 demissões. No acumulado do ano, o saldo atingiu 67.358 vagas de emprego abertas. No mesmo período do ano passado, o saldo foi negativo, com 531.765 postos de trabalho fechados a mais que abertos. O resultado acumulado nos últimos 12 meses aponta uma redução de 749.060 postos de trabalho.

Fonte: Agência Brasil – www.cnti.org.br/noticias

Funcionários da Prodesan devem realizar ato em frente ao Paço hoje

Repletos de dúvidas sobre se seus empregos serão mantidos, bem como se os contratos da Saúde e de outros setores da Prodesan terão continuidade, mais de 100 funcionários prometem se reunir nesta quinta-feira (20), a partir das 17h30, num ato em frente ao prédio da Prefeitura de Santos. A intenção é chamar a atenção das autoridades e também da comunidade santista para a incerteza quanto ao futuro de seus empregos.

Fonte: Jornal Diário do Litoral – 20/07/2017

Para manter sindicatos, entidades defendem contribuição aprovada em assembleia

O fim abrupto da contribuição (ou imposto) sindical, a partir da aprovação da "reforma" trabalhista e da sanção da Lei 13.467, é criticado inclusive por quem já buscou novas formas de sustentação. Entidades discutem um modelo alternativo que permita a manutenção das atividades por meio de uma contribuição que seja aprovada em assembleia. E identificam, sob o discurso de "modernização", uma tentativa de asfixiar financeiramente os representantes dos trabalhadores. Uma parte das centrais sindicais deverá se reunir nesta quarta-feira (19) com o ministro do Trabalho, Ronaldo Nogueira, para discutir os termos de uma medida provisória alterando pontos da lei recém aprovada, inclusive o item sobre a contribuição sindical – que não foi extinta, mas passa a ser opcional. Poderia ser criada, por exemplo, uma espécie de contribuição negocial/assistencial, com um teto percentual e cobrada de todos os trabalhadores da base, sindicalizados ou não. Nessa questão, os sindicatos enfrentariam a resistência do Ministério Público do Trabalho (MPT), contrário a qualquer cobrança para trabalhadores não associados. Já os sindicalistas argumentam que os acordos e convenções coletivas são negociados para toda a base, independentemente de sindicalização. Há anos tenta-se discutir uma forma de regulamentar o assunto, mas as resistências são fortes. No início do primeiro governo Lula, por exemplo, foi instituído o Fórum Nacional do Trabalho, tripartite, para propor uma série de mudanças no sistema de relações do trabalho, mas as conclusões não saíram do papel. Em setembro de 2015, a Câmara formou uma comissão especial destinada a discutir o tema. Foram identificadas mais de uma dúzia de propostas de emenda à Constituição (PECs) relativas a contribuições sindicais, além de uma infinidade de projetos de lei. No ano passado, a comissão aprovou relatório do deputado Bebeto (PSB-BA), dirigente da Força Sindical, que mantinha o imposto sindical e fixava uma contribuição negocial, que seria descontada de todos os trabalhadores e não poderia superar 1% da remuneração bruta anual. Pela proposta aprovada no colegiado, os sindicatos ficaram com 80% da contribuição negocial. Do valor restante, seriam 5% para federações, 5% para confederações, 5% para centrais, 4,5% para um Conselho Nacional de Autorregulação Sindical e 0,5% para manutenção de atividades de inspeção e fiscalização do trabalho.

Divisão

Atualmente, no caso dos sindicatos de trabalhadores, as principais fontes de receita são as contribuições sindical (correspondente a um dia de trabalho no ano) e assistencial (de percentual variado, fixado no acordo coletivo), além das mensalidades dos sócios. O imposto sindical é dividido da seguinte forma: 60% para os sindicatos, 15% para as federações, 5% para as confederações, 10% às centrais sindicais e 10% para o Ministério do Trabalho. A parte das centrais surgiu após aprovação de lei em 2008. Até então, o governo ficava com 20%. Ainda em 2008, o DEM entrou com ação direta de inconstitucionalidade (ADI 4.067) no Supremo Tribunal Federal (STF) contra a destinação dos 10% às centrais. O julgamento começou em 2009, parou em 2010, foi retomado cinco anos depois e está suspenso desde o final de 2015, quando os ministros Luís Roberto Barroso e Rosa Weber votaram pela constitucionalidade da norma e Gilmar Mendes pediu vista. A CUT, historicamente, se posicionou pelo fim do imposto sindical. E defende a fixação de uma taxa aprovada em assembleia. Diversos itens da nova lei são criticados pelas centrais, que na semana passada divulgaram uma nota protestando contra as mudanças. "Seu caráter injusto e cruel não só acaba com direitos consagrados, como também impõe à classe trabalhadora uma realidade de precarização, com jornadas de trabalho de 12 por 36 horas; a exposição das mulheres gestantes e lactantes a ambiente de risco; o trabalho intermitente de forma indiscriminada; o fracionamento do direito de férias, antes integral e de 30 dias; entre muitas outras perdas", afirmam. "Essa reforma também ataca frontalmente o movimento sindical, quebrando a espinha dorsal dos sindicatos, trincheira de resistência e que ao longo de décadas contribui para a construção de nossa democracia."

Para o novo presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, Wagner Santana, que assume formalmente nesta quarta-feira (19), o projeto exigirá ainda mais mobilização. "Levamos mais de uma década para implementar as condições de negociação que temos hoje para os trabalhadores. Com a legislação alterada no nível como foi proposto, vamos ter que agir com o que sabemos fazer de melhor: a negociação. Para que o trabalhador não fique tão vulnerável quanto a reforma prevê", afirma.

Fonte: Rede Brasil Atual – www.cnti.org.br/noticias